



XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **21/08/2019**

Aprovado em: **22/08/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.10.02>

AS EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORAS E PROFESSORES: AMPLIANDO AS LENTES DE GÊNERO
NO ENSINO MÉDIO

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

ANABELA MAURICIO DE SANTANA, DEBORA RODRIGUES SANTOS, ALESSANDRA SANTANA
PEREIRA

A proposta deste artigo é analisar a reprodução das relações de gênero no âmbito escolar, possibilitando uma reflexão sobre a transição da mulher da esfera privada para a esfera pública, mediante seu ingresso no mercado de trabalho. A temática em questão é abordada mediante um aprofundamento teórico-metodológico, do qual esse trabalho tem a intenção de procurar se aproximar, sem pretensões de esgotá-lo. Adota-se como ideias norteadoras a mulher e o homem como docente, o que a mulher anseia e as maneiras que ela tem encontrado para driblar as duplas e/ou triplas jornadas, as doenças ocupacionais e o decesso às políticas públicas para os/as profissionais docentes. Este artigo é baseado na pesquisa realizada com professores e professoras do ensino médio de duas escolas públicas, abordando classe social, estado civil, raça/etnia, geração e escolha profissional, realizada em Aracaju/Se, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2015.

Introdução

Este artigo discorre sobre a atual condição dos/as docentes do ensino médio de duas escolas públicas de Aracaju/Se e das relações de gênero imbricadas no contexto sócio-familiar e escolar. O trabalho é baseado na pesquisa realizada com docentes do sexo masculino e feminino, que responderam a um questionário abordando classe social, estado civil, raça/etnia, geração, escolha profissional, saúde, sonhos e perspectivas.

Em consonância com as questões e objetivos da pesquisa priorizamos a *pesquisa qualitativa*, por esta permitir a coleta e análise de dados de maneira aprofundada, onde foram considerados os aspectos explícitos e implícitos do fenômeno estudado, além de proporcionar a explicitação das subjetividades, ou seja, não só os aspectos sociais, econômicos, políticos, ideológicos e culturais, mas também as maneiras de pensar, agir e sentir dos sujeitos pesquisados, remontando a fatos que dão contorno a realidade, apreendendo as causas constitutivas e determinantes dos fenômenos.

Desta forma, a pesquisa tem como sujeito os/as professores/as do ensino médio de duas escolas públicas de Aracaju/Se que se propuseram a participar da pesquisa, para a qual se adotou uma amostra do tipo não probabilística por acessibilidade, sendo entrevistadas 20 mulheres e 10 homens docentes. Com o intento de realizar esta investigação, foram utilizados os meses de agosto, setembro e outubro de 2015. Os/as respondentes não tiveram seus nomes identificados, com a finalidade de garantir o anonimato e o critério de escolha ou seleção dessas pessoas foi a disponibilidade apresentada por elas para participar da pesquisa.

A proposta de discutir este tema tem como objetivo primário abordar as desigualdades vividas diariamente pela sociedade, no que se refere às relações de gênero no âmbito escolar, visto que essas não se definiram especificamente a partir do econômico, mas, especialmente, a partir do cultural e do social, formando daí as “representações sociais” sobre as funções do homem e da mulher dentro dos diversificados espaços de convivência, ou seja, da família, da Igreja, da escola, enfim, da vida em sociedade.

Do conjunto das questões que pretendemos discutir neste trabalho, procuraremos concentrar-nos em três pontos, que são interligados: o primeiro são as possibilidades para a realização de projetos e sonhos vinculados ao trabalho e à família; o segundo diz respeito às diferenças e desigualdades de classe, gênero e geração; e o terceiro abordará a fragilização da saúde feminina. Para tratar desses pontos iremos percorrer um conjunto de pesquisas sobre a mulher, projeto de vida, mercado de trabalho, saúde, políticas públicas e família. Essa abordagem focaliza fundamentalmente uma das dimensões do ser mulher; isto é, a condição de professora no mercado de trabalho, considerando as relações de gênero associadas às políticas públicas, especificamente no contexto das professoras do ensino médio de Aracaju/Se.

Contextualizando a discussão

No Brasil¹, a sociedade patriarcal delineou um perfil do que é ser homem e mulher. Determinadas características ao longo da história separaram o que é próprio de homem e de mulher; ou seja, o gênero determina não apenas quem faz o quê, mas também quem toma as decisões, uma vez que tanto homens quanto mulheres desempenham um papel produtivo e comunitário nas esferas familiar, cultural, educacional e social. Contudo, o homem comumente ostenta o papel de representação pública, ao passo que a mulher desempenha um papel organizador fundamental, embora seja menos visível, o que favorece, desta forma, o sexo masculino em detrimento da subordinação feminina².

Abordar esse assunto desvenda a dinâmica da sociedade brasileira e como se anunciam as relações sociais, especificamente de gênero – as quais, de forma permanente, re/azem-se seus componentes culturais e ideológicos, que essencialmente demandam funções sociais da educação formal e sua

analogia com o mercado de trabalho. Logo, para falarmos sobre a educação³, devemos considerar a educação no sentido lato (informal ou social) e a educação no sentido exato, desenvolvida pela instituição escolar.

Dessa feita, “a educação é um processo “natural” que ocorre na sociedade humana pela ação de seus agentes sociais como um todo, configurando uma sociedade pedagógica”, como salienta Pimenta (2010, p. 64). Não obstante, faz-se necessário destacar que:

A educação está presente em casa, na rua, na igreja, nas mídias em geral e todos nos envolvemos com ela, seja para aprender, para ensinar e para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou várias. (...) Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante (BRANDÃO apud PIMENTA, 2010, p 64).

Cabe salientar que os sujeitos que circulam o espaço da escola⁴ e do magistério diversificam-se. Contudo, entre as mudanças que marcam esse processo de transformação está a feminização do magistério, o que no Brasil é possível identificar ao longo da segunda metade do século XIX que, por conseguinte veio permitir a entrada da mulher na sala de aula, na condição de discente, e depois seu predomínio como docente. O discurso a favor da instrução feminina aos pouco cresce, porém é sempre articulado à educação dos filhos e filhas, o que, por sua vez, tende a afetar o caráter do magistério, inicialmente impondo a necessidade de professoras e, posteriormente, favorecendo a feminização da docência. Logo, o magistério em seu processo de feminização tende a tomar alguns atributos tidos como femininos, como a sensibilidade, o amor, o cuidado, entre outros, para assim poder ser reconhecido como uma profissão.

Não obstante, devemos aqui mencionar a vocação, pois ela sustentava-se na ideia de que a mulher era vocacionada a ser professora. Assim, incorporando-se à ideologia da escolha vocacional, dizia-se que, para ela, o magistério era o mais conveniente porque lhe permitia conciliar a vida profissional com a vida doméstica e familiar. Sobre este aspecto, cabem algumas reflexões que desmistificam essa realidade.

Destarte, as professoras que estão inseridas no contexto escolar desde o século XIX também são compreendidas como pessoas que lutaram em prol de um reconhecimento da profissão. A este respeito, Strey relata que:

O passado me mostra uma longa história em que as mulheres, para não falar das outras dicotomias, tiveram que enfrentar permanentemente a desigualdade, embora nunca tenham se submetido completamente a isso. Submissão e resistência sempre fizeram parte da vida das mulheres⁵ (STREY, 2001, p. 9).

Nesse sentido, Pessanha (2001) registra que a profissão de professora era desejável para mulheres de determinada classe social, no caso mulheres pobres e sem família, com uma perspectiva de, se não ascender socialmente, pelo menos não ‘decair’ para um meio de vida ‘não decente’. Logo, percebe-se que quando as mulheres realizam a escolha do magistério como profissão, elas principiam também, por meio dele, a buscar segurança, ascensão e autonomia.

Paralelo a isso, Lewgoi em seus estudos destaca:

A profissão é uma atividade historicamente determinada pelo modo como a sociedade se organiza e, ao mesmo tempo, pelo resultado do desempenho da

categoria profissional, isto é, do posicionamento e das respostas oferecidas por ela às demandas sociais dos distintos grupos e classes sociais (LEWGOI, 2009, p. 25).

Essa análise nos remete ao fato de que o homem se faz humano por meio do trabalho. Assim, Vygotsky (1996) compreende o sentido da formação do ser humano como um processo especificamente histórico-social, ou seja, não é um processo natural, mas social, formando-se pela superação e inclusão dos processos psíquicos elementares, de origem biológica. Outrossim, o processo de formação do homem resulta da apropriação dos produtos da atividade social, os quais são objetivação da atividade humana, que, assim, mediatiza a relação entre indivíduo e mundo.

Com o objetivo de fazer avançar a proposta da pesquisa, nota-se que a sociedade contemporânea, mediante políticas públicas, vem sugerindo intervenções diferenciadas em relação a posições econômicas aliadas ao debate étnico-racial, do qual depende um grande contingente de jovens brasileiros. É uma discussão polêmica que evidencia um despertar da sociedade, concernente à inserção de minorias no âmbito universitário. Todavia, a questão é maior e mais profunda; inclui desde o ensino infantil, passando pelo ensino fundamental e médio, para então aportar na universidade, que reflete os aspectos de ordens social, econômica e cultural de cada sociedade (Matos e Santana, 2010).

Dessa reflexão, é oportuno salientar que, antes de tudo, a escola é um espaço de onde emanam ideias, dúvidas, hipóteses e tentativas que objetivam encontrar respostas. Entretanto, ela não é o único universo responsável pelas transformações sociais e ideológicas, mesmo sendo este um espaço privilegiado de debates sobre a construção da prática reflexiva de qualquer profissão. Igualmente, a ela devem se juntar outras instituições (a Igreja, a família), as quais, por sua vez, também têm promovido reflexões acerca do papel social da mulher e de sua participação política e histórica.

Segundo Louro (2010), as escolas e também academias, em suas práticas, demonstram (des) continuidades, realizam deslocamentos e rupturas. As denúncias, as questões e as críticas feministas, bem como aquelas vindas dos Estudos Culturais, dos Estudos Negros, dos Estudos Gays e Lésbicos, também estão produzindo resultados. Assim sendo, ainda que de formas talvez acanhadas, vemos hoje em escolas brasileiras experiências e iniciativas que procuram subverter as circunstâncias desiguais – de classe, raça, etnia, gênero – vividas pelos sujeitos.

Nesse contexto, é pertinente destacar que a escola há muito não é mais representada como o lugar neutro, dedicado exclusivamente à vivência do ensinar e do aprender. Assim, um passo importante para a compreensão da complexidade da escola é reconhecê-la como guardiã da diversidade, pois nela habitam e interagem alunos, pais, professores e profissionais em geral, e cada um desses traz para a escola sua história de vida, sua expectativa social, seus valores, suas dificuldades e potencialidades, e juntos consagram relações sociais de toda ordem, conforme expressa Amaro (2011, p. 15).

Analisando os dados da pesquisa

A sociedade defronta-se com constantes transformações paradigmáticas, dentre as quais se destacam as da organização do mundo do trabalho, bem como as formas de acesso ao conhecimento. Na pesquisa realizada com as professoras no que concerne à escolaridade, 45% delas registram ser graduadas em pedagogia; 35%, licenciadas em letras; 8%, em história; 7% relatam ser graduadas em biologia, e apenas 5%, em geografia. A graduação das entrevistadas, como é possível notar, enquadra-se nas ditas profissões femininas, isto é, profissões eminentemente compostas por mulheres, ratificando o que alguns estudos apontam sobre a apartação de carreiras femininas, masculinas ou mistas em decorrência dos estereótipos ratificados na sociedade de que às mulheres cabem profissões de cuidado, zelo e educação. Quanto aos professores entrevistados, constatou-se que 19% deles registram ser graduados em matemática; 18%, licenciados em história; 16%, em geografia; 13% relatam ser graduados em educação física; 12%, em química, e apenas 10% em

pedagogia.

Valores e estímulos são absorvidos pelo homem e pela mulher e compõem concomitantemente as identidades. No que concerne às mulheres, estas criam uma ambivalência que as induz a ajustarem-se a carreiras *tipicamente femininas*, pois, ao serem educadas para o matrimônio e a maternidade, as jovens acabam optando por carreiras que não lhes atrapalhem os papéis que serão exercidos posteriormente; ao mesmo tempo o mercado de trabalho robustece valores sociais e estimulam as mulheres a “profissões próprias ao sexo feminino⁶”. Nesse ínterim, Matos e Santana (2010) registram que ainda que profissões masculinas e femininas não tenham hoje uma fronteira rígida, o gênero continua sendo responsável por escolhas profissionais, perdurando a divisão sexual das profissões.

Assim, no que se refere à escolha profissional, 39% registram que optaram pela carreira do magistério por vocação; 53% que foram levadas a escolher a profissão em virtude das condições socioeconômica e cultural, e 8% não informaram. No tocante aos professores 61% mencionaram que a escolha se deu por motivos socioeconômico e “facilidade” no acesso ao nível superior; 21%, por vocação e 18% não responderam.

De forma geral, sabemos que a carreira na docência está associada à escolaridade; assim, 65% das respondentes relatam ser especialistas; 29% relatam que são apenas graduadas; 4% registram ser mestradas; e 2% mencionam que são mestres. No entanto, percebe-se que o nível maior de escolarização por si só não garante salários e cargos mais altos, visto que, mesmo diante do crescimento no número de matrículas na graduação, do crescimento na pós-graduação e do elevado número de professoras, os cargos permanecem, em sua maioria, ocupados por homens. Quando questionados acerca da temática, ora mencionada 48% dos professores respondentes informam ser especialistas; 31% registram que são apenas graduados; 18% não responderam; 3% enfatizam que são mestrados e 1% são mestres.

No tocante à questão étnico-racial, durante a pesquisa observou-se que 76% das professoras respondentes afirmam não ser negras, justificando a afirmativa através de fatores como a cor dos olhos, o cabelo e cor da pele; 13% admitem que são negras, e 11% não responderam. Não obstante, 85% das entrevistadas mencionaram que não se sentem bem em falar que são negras, pois observam que quando um indivíduo assume-se como negro e/ou é negro em virtude de suas características, é visualizado como “diferente”. O que não foi diferente com os professores, visto que 82% dos respondentes enfatizam que não são negros; 12% afirmam que são negros e 8% não responderam.

A representação social do ser negro comporta implicações como o sentimento de pertencimento a uma raça/etnia e a própria construção da identidade. Sem o sentimento de pertencimento, inviabiliza-se o fortalecimento da ética e dos direitos humanos, os quais se configuram como molas propulsoras que legitimam e dão impulso para a luta contra a discriminação racial no Brasil e no mundo. Nesse sentido, Amaro (1997) ratifica que a legislação que resguarda a população negra da discriminação ainda não avançou na constituição de políticas sociais que gerem sua cidadania e igualdade em nossa sociedade. Assim, enquanto convivem com a omissão de ações nesse sentido, os negros protagonizam a complexificação das relações sociais.

Assim sendo, a autora ainda menciona que em virtude do pensamento crítico e especializado, vem sendo possível perceber que as regras e os moldes sociais são cada vez mais influenciados e determinados por questões de ordem cultural, aguçando que os elementos metalinguísticos, semióticos e estéticos de uma cultura são por diversas vezes responsáveis tanto pela orientação social das leis como pelos padrões de igualdade e desigualdade postos em circulação. Outrossim, a autora destaca que para estar apto ao emprego, por exemplo, o negro, além de reunir todas as condições profissionais de outros candidatos à vaga, é subliminarmente intimado a “anular” ao máximo sua identidade étnico-cultural. Amaro afirma que isto ocorre porque, para a maioria da sociedade, a manifestação da “naturalidade” negra (em especial no que se refere à preservação e valorização dos

traços étnicos) aparece como *grotesca*, pois rompe com as idealizações sociais vigentes conforme destaca.

O racismo, para além de suas ideologias e retóricas, faz parte do cotidiano do brasileiro e das instituições, e a escola é o lugar que deve possibilitar dignidade, justiça social reparadora, direitos sociais e efetiva cidadania. Em face disso, deve a escola revelar-se como lugar em que todos os gêneros se integram e se respeitam mutuamente. Deste modo, Amaro (2011), atenta que cabe à escola o dever de proteger e defender direitos humanos e sociais. Em vez disso, ela vem abrigando, de forma repugnante, práticas calcadas em visões/attitudes racistas, sexistas e machistas, contrariando a função social que o estado lhe credita.

Associado à questão de gênero, o matrimônio na vida das professoras respondentes aparece como um componente da imagem feminina, visto que o papel de esposa e mãe ainda está presente no processo educacional feminino. Assim, na pesquisa realizada, foi possível confirmar a presença de esposos, uma vez que 45% das professoras relatam ser casadas; 32% mencionam que são noivas; 14% disseram que estão namorando e 9% dizem que no momento estão sozinhas.

Outrossim, 88% das respondentes registram a importância da presença masculina em suas vidas, pois, segundo elas, o matrimônio é realização tanto para elas próprias como para seus familiares e a sociedade. Assim, o casamento é primordial para essas mulheres, pois a família e a sociedade cobram delas casamento/filhos, enquanto o estudo e a vida profissional podem ser colocados em segundo plano, já que o papel de provedor é, majoritariamente, imputado ao homem. No que tange aos professores respondentes 32% enfatizam que são casados; 38% são divorciados; 18% que estão namorando e 12% não responderam.

Destarte, conforme 65% das respondentes com idade entre 22 a 65 anos, o casamento sempre foi passado como o maior “diploma” adquirido por uma mulher, haja vista que sem marido e filhos, ela é uma mulher só, fadada ao fracasso e à solidão. Quanto ao número de filhos, observou-se que 77% delas têm dois filhos; 13% mencionam ter mais de dois filhos, e 10% relataram que até o momento têm apenas um filho. Sobre este aspecto, o papel de mãe/esposa e professora retrata a dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher, acrescido do fato de que a docência tem as suas “peculiaridades”, na medida em que o planejamento das aulas, as avaliações e preparação das atividades são desenvolvidas, comumente, no espaço privado. Quando questionados 56% dos professores respondentes com idade entre 26 a 55 anos salientam que tem 1 a 2 filhos; 35%, não tem filhos e 9% não responderam.

A saída da mulher para o espaço público, nos últimos cinquenta anos, ocorre com um grande ônus para ela, explicitado nas estatísticas de aumento de doenças cardiovasculares nas mulheres. O aumento de doenças associadas ao stress e à pressão social, antes tipicamente masculinas, demonstra que mulheres que trabalham fora de casa estão assumindo doenças associadas ao ritmo de vida e ao tipo de atividade laborativa. Referente ao trabalho docente, estudos já indicam que a docência é uma das atividades profissionais mais estressantes.

Tal realidade é identificada em nossa amostragem, com dados que identificam as doenças ocupacionais⁷, uma vez que das 20 professoras respondentes, 55% relatam ter algum tipo de enfermidade, a exemplo da hipertensão arterial, associando este problema à profissão; 26% relatam que sentem dores com certa frequência, mas que preferem não associar tal enfermidade ao trabalho – justificando que no momento não estão encontrando meios para mudar de profissão – e 19% dizem estar bem de saúde. Cabe salientar que dos 10 professores respondentes 48% afirmam que já sentem algumas complicações de saúde e também associam a profissão; 38% dizem esta bem de saúde e 14% não responderam.

Essa situação está associada às excessivas horas de trabalho, aliadas à baixa qualidade de vida dessas mulheres, visto que a maioria dos profissionais do magistério, independentemente de ser homem ou

mulher, têm acesso restrito ao lazer, à moradia digna, à saúde preventiva; ou seja, estamos nos referindo à qualidade de vida, aqui tratada como um conjunto de elementos, tais como segurança, bem-estar, lazer, possibilidades de ascensão funcional, bom salário, condições dignas de trabalho e capacitações pessoais e profissionais.

Na Constituição Brasileira de 1988, lê-se que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, e o acesso universal é igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Nesse ínterim, percebe-se que estamos elevados no discurso; todavia, o mesmo não ocorre em relação à prática, visto que há décadas, o país sofre diversos desafios em relação à manutenção de sua estabilidade diante dos constantes desequilíbrios de ordens política, social e econômica. Assim, fica evidente que para alcançar um maior espaço no contexto global, o Brasil carece superar enormes empecilhos políticos, financeiros, epidemiológicos e éticos no campo da educação, assistência, saúde, habitação e segurança.

Apesar das dificuldades, frustrações e problemas de saúde, as pesquisadas continuam acreditando em uma condição melhor de vida, visto que 87% atestam ter esperança, principalmente 67% delas, que sonham em afastar-se da sala de aula, ratificando que o amanhã será diferente e que irão conquistar seus objetivos; e 13% não responderam. Estes dados demonstram que para as 20 respondentes, o bem-estar está associado à saída do magistério, o que pode indicar um sofrimento dessas mulheres devido à dupla jornada de trabalho, à própria natureza da atividade ou ainda ao trato dado à educação pelo governo, que vem penalizando os profissionais de educação, ou pode ser uma soma de tudo isso.

Paralelo a isso, dos 10 professores respondentes 78% salientam que gostariam de mudar de profissão, no entanto, sentem receio e 22% não responderam. Assim, percebe-se que professores e professoras apresentam os mesmos desejos acerca da mudança de profissão. Tal afirmativa pode estar atrelada a baixos salários, péssimas condições de trabalho, ausência da família no processo de escolarização dos filhos, falta de incentivo por parte do governo em cursos de capacitação, dentre outros.

Desse modo, os dados até aqui expostos indicam o decesso dos/as professores/as do ensino médio de Aracaju/Se às políticas sócias básicas, tais como saúde, habitação e formação profissional, o que imprime a eles/as uma condição ainda mais difícil e os/as torna reféns de condições de trabalho aviltantes.

Assim, cabe registrar que:

O objetivo da promoção da igualdade de gênero por políticas públicas trilha caminhos diferenciados na sua interpretação e proposição política, com a ressalva de suas interconexões. A primeira vertente nasce da tradição maternalista e mantém alguns de seus traços na perspectiva da conciliação trabalho-família. A segunda coloca o problema em termos igualitaristas na direção de uma “neutralidade” de gênero na alocação das oportunidades e condições de vida (GAMA, 2008, p. 45).

Nessa direção, o reordenamento proposto através do Estado por meio de políticas afirmativas choca-se com o princípio de universalidade do direito e a garantia de mínimos sociais. Logo, é visível a necessidade de políticas públicas de gênero, tendo em vista a análise das condições de vida das mulheres trabalhadoras, especialmente as negras, que são as mais pobres, pois são elas que estão nos empregos mais precarizados e com salários aviltantes (GAMA, 2008; CISNE e GURGEL, 2008).

Isso posto, percebe-se que as relações de poder estabelecidas entre os sexos também passam pela questão do saber, pois conhecimento e poder estão necessariamente interligados, como argumenta Almeida (1998). O desejo de manter o dominado – mulher – distante do saber continua sendo uma

estratégia eficiente no controle e na manutenção de mecanismos de dominação. Ainda segundo a autora, a educação e profissionalização das mulheres, sempre colocadas em segundo plano, geraram ambiguidades quanto à posição feminina, pois representa o equilíbrio entre a condição desejável e a possível de se obter e para alcançar esse equilíbrio, o magistério tornou-se a saída, pois era aceitável que as mulheres desempenhassem um trabalho, desde que significasse cuidar de alguém, uma vez que essa é uma qualidade inerente à mulher.

As atribuições femininas jamais poderiam prever a concorrência com os homens e termos profissionais e intelectuais, pois isso significa ameaçar o rompimento da ordem social estabelecida, visto que a sociedade ocidental, organizada em um sistema de patriarcado, excludente dos direitos e anseios das mulheres, admite que o lugar social da mulher no âmbito público e profissional é na docência⁸. Assim, como possibilidade de efetiva inserção nesse meio, muitas mulheres se sentiram atraídas pela profissão, o que provocou uma entrada maciça das mulheres na metade do século XX, gerando assim um fenômeno intitulado como feminização do magistério, como assim assinalam Campos e Silva (2002).

Não é difícil concluir que a teoria de gênero vem sendo edificada historicamente por meio da cultura, do social, da vida e dos pensamentos das pessoas. Do mesmo modo, as relações de gênero são baseadas na dominação e no poder exercido pelos sexos, cujo convívio, na maioria das vezes, é o homem que conduz. E nesse constante combate numa cultura que aprecia o homem como poderoso, está a mulher, que vem lutando pela conquista de espaços e por respeito, em meio a essas modificações na relação homem/mulher que não rejeita a vida familiar, mas que questiona o que está posto, tal qual como está definido há décadas.

Observa-se que a representação social da professora, por conta de toda a história dessa profissão, ainda possui um lastro conservador quanto ao papel da mulher na sociedade e que é importante inclusive por todo esse histórico, dar atenção especial a sua formação profissional referente às questões de gênero. Hoje não se fala na professora como mãe espiritual de seus alunos, porém em contrapartida também não há uma formação questionadora dos papéis sociais atribuídos aos sexos.

Apreciações

Diante de vários avanços, podemos dizer que a mulher, hoje, dispõe igualmente dos direitos civis, políticos e sociais garantidos ao homem na legislação brasileira. Ela tem acesso à educação formal e ao trabalho remunerado, tem direito à propriedade, o direito de ir e vir, de eleger e ser elegível, como qualquer outro cidadão. As mulheres também estão presentes em praticamente todas as profissões, ainda que as diferenças de gênero determinem-lhes formas diferenciadas de acesso ao mercado de trabalho. Não obstante, podemos salientar que os momentos vividos durante as entrevistas com os professores fora de grande importância, pois estes mesmo fugindo de alguns questionamentos demonstram suas insatisfações, bem como seus sonhos e perspectivas.

É fato amplamente constatado a grande mudança sociopolítica ocorrida no século XX em relação à identidade feminina. Esta crescente mudança tem levado inúmeras mulheres a conquistarem espaços antes considerados masculinos. Em vários países, postos de chefia, comando de nações, são cada vez mais ocupados por mulheres. Cresce o número de mulheres chefes de suas próprias famílias e principalmente mantenedoras da casa. Por outro lado, ainda persistem preconceitos de várias ordens, discriminações, desigualdades e o “machismo” ainda é uma atitude vigente em nossa sociedade.

Isso posto, faz-se mister salientar que a partir dos anos 60 do século XX o questionamento da limitação das mulheres aos papéis de mãe, esposa e educadora, bem como sua entrada definitiva no mercado de trabalho, deram início a um período de metamorfose da antiga identidade feminina, incluindo aí um novo papel: o de trabalhadora e pessoa com uma carreira. Essa mudança, entretanto, não se deu de forma serena e fez da mulher um ser em conflito entre expectativas contraditórias como zelar por sua formação profissional e/ou adaptar-se ao ciclo familiar.

A partir do marco histórico – a Declaração dos Direitos da Mulher, de Olympe de Gouges – até os dias atuais já houve em nosso país muitas conquistas em relação a cidadania feminina e a implementação de políticas públicas. A perspectiva de gênero exige uma nova postura frente à concepção de mundo, aos valores e ao mundo patriarcal. Esta perspectiva permite compreender que as relações de desigualdade e iniquidade entre os gêneros são produto da ordem social dominante e que as múltiplas opressões de classe, raça, gênero, geração, que se exercem sobre a mulher configuram uma superposição de domínio.

Dessa forma, as relações díspares entre homens e mulheres no âmbito privado e público tendem a se agravar pela ausência de políticas públicas direcionadas às mulheres, que se desdobram entre professoras, assistentes sociais, donas de casa e mães.

- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e educação: paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.
- AMARO, Sarita Teresinha Alves. Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- AMARO, Sarita Teresinha Alves. Negros: identidade, exclusão e direitos no Brasil. Porto Alegre: Tchê Editora, 1997.
- ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre: Imagens e Auto-Imagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CAMPOS, Maria Christina S. de S.; SILVA, Vera L. G. da (Org.) Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista: Edusf, 2002.
- CISNE, Mirla. GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. In: SER Social. v. 10, nº 22. Brasília, 2008, p. 69-96.
- GAMA, Andréa Souza. As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do Estado de Bem-Estar-Social. In: SER Social. v. 10, nº 22. Brasília, 2008, p. 41-68.
- LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 11 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- _____ Gênero e magistério: identidade, história e representação. In: CATANI, Denice et al. Docência, Memória e Gênero: estudos sobre formação. 4 ed. São Paulo: Escrituras, 2003.
- MATOS, Cândida Margarida de Oliveira; SANTANA, Anabela Mauricio de. A Influência da Socialização Religiosa e do Gênero no Universo Acadêmico. In: IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão/SE: UFS, 2010.
- MATOS, Cândida Margarida de Oliveira; SANTANA, Anabela Mauricio de. Trabalho e Gênero: um estudo sobre o decesso às políticas públicas das ex-operárias de Itaporanga d'Ajuda/SE. In: III Seminário de Políticas Sociais e Cidadania. Salvador/BA: UCSAL, 2010.
- PESSANHA, Eurize Caldas. Ascensão e Queda do Professor. São Paulo: Cortez, 2001.
- PIMENTA, Selma Garrido. Docência no ensino superior. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- STREY, Marlene Neves. A Mulher, seu Trabalho, sua Família e os Conflitos. In: Marlene Strey (Org.). Mulher: Estudos de Gênero. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- ¹ Observa-se que no Brasil a escola é, a priori, masculina e religiosa, visto que os jesuítas, para além da catequização dos índios, investem na formação dos meninos e jovens brancos da elite. Logo, as primeiras escolas brasileiras regidas pelos jesuítas constituem-se, pois, num espaço marcadamente masculino, tendo como objetivo a formação de um católico exemplar. Não obstante, faz-se necessário salientar que esse modelo de ensino continua no país durante um longo tempo, mesmo depois de oficialmente afastado, ao final do século XVIII, como assim destaca Louro (2010).
- ² Ainda, mesmo diante do surgimento de uma nova mulher, ainda permanecem as divisões nas atividades que são inerentes ou de competência de cada gênero e que caracterizam a condição
- Educon, Aracaju, Volume 13, n. 01, p.11-12, set/2019 | www.educonse.com.br/xiiicoloquio

subordinada da mulher. Cabe lembrar que embora ela desempenhe papéis diferenciados na sociedade atual, permanece de certa forma submetida à função de reprodutora da espécie. Ainda que a mulher contemporânea tenha uma educação que não reforça a subordinação ao homem no ambiente familiar e que esteja sendo preparada para participar, pensar e defender os seus direitos, não se submetendo ao poder masculino, deparamo-nos com a inexistência de uma política que garanta igualdade de direitos, remuneração, oportunidades de promoção e capacitação, conforme expressam Matos e Santana (2010).

³ Segundo Matos e Santana (2010), a educação é transversal a toda a sociedade; apresenta-se no organismo social, tendo como viés a sociedade, a história, a religião, o trabalho, o gênero, dentre outros. A família, a Igreja, a comunidade, os meios de comunicação, a escola, são algumas das faces da educação; algumas mais enfatizadas que outras, devido ao papel determinante na sociedade, mas em níveis diferentes, importantes e presentes na vida do indivíduo e no seu processo de socialização.

⁴ Segundo Arroyo (2004), a escola influencia bastante nossas vidas. É dela que levamos hábitos como gestos, formas de compartilhar, formas de raciocínio; levamos valores e também sentimentos.

⁵ A relação homem e mulher sempre foi definida dentro de determinantes de poder patriarcal. Cultural e socialmente, a condição da mulher sempre foi de submissão nos seus mais diversos aspectos, mas também de desafios e luta por superação, embora nem sempre vitoriosa, mas nunca de acomodação.

⁶ Observa-se que a divisão sexual das carreiras ocorre porque o gênero está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; ou seja, a distinção entre sexo e gênero é fundamental, pois muitas diferenças entre homem e mulher não são de origem biológica. Logo se observa que o gênero é um conceito socialmente criado que atribui aos homens e às mulheres papéis sociais e identidades distintas.

⁷ As doenças ocupacionais estão cada vez mais presentes no cotidiano dos profissionais e são causadas por agentes internos e externos ao exercício profissional.

⁸ A docência era visualizada como uma maneira de ampliação da função feminina fundamental que é a maternidade, com um desdobramento do que ela já faz em casa com os seus filhos. Cada aluno é considerado um filho ou filha espiritual, fazendo do exercício do magistério uma extensão do próprio lar, conforme expressa Louro (2003).